

Apoio



# Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Coordenação e Planejamento  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

ANO 11 Nº 12  
Dezembro de 2002

## O espectro da inflação

O IGP-M acumulado entre dezembro de 2001 e novembro de 2002 foi de 21,04%. Vários analistas criticaram o destaque dado ao fato, uma vez que o IGP é um índice compósito, muito influenciado pelo Índice de Preços do Atacado (IPA), que tende a flutuar mais do que os Índices de Preços ao Consumidor (IPCs). O argumento procede, mas o problema é que, pela primeira vez desde 1996, os IPCs também vêm atingindo os dois dígitos. O Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) acumulado no mesmo período é de 10,93%. O que faz todos perguntarem: a inflação é episódica ou voltou para ficar?

Do longo debate sobre inflação desde os anos 60, uma certeza ficou: a principal componente do processo inflacionário é expectacional. A polêmica deixa de ser se a inflação é de custos ou de demanda. O que se discute agora é como são definidas e sancionadas as expectativas de inflação futura.

Do nosso ponto de vista, os agentes tomam a evolução recente dos seus custos monetários (inclusive os de oportunidade) como a componente fundamental da precificação e da formação de expectativas sobre a evolução do nível geral de preços. Dado o grau de monopólio, as firmas precificam pela imposição de um *mark-up* rígido sobre seus custos diretos. O que empresta ao câmbio (que afeta os custos com importados, os custos de oportunidade das vendas no mercado interno e o grau de monopólio dos produtores nacionais) e aos salários absoluta centralidade no processo de formação de preços e de expectativas.

Ora, o Banco Central não vem conseguindo coordenar o câmbio. E isto a despeito do excelente desempenho das contas externas em 2002, quando foi alcançado o primeiro superávit comercial de dois dígitos (US\$ 11,3 bilhões até novembro) após os déficits no período 1995-00. Em outubro último, o saldo positivo da balança comercial compensou o déficit em serviços, equilibrando as tran-

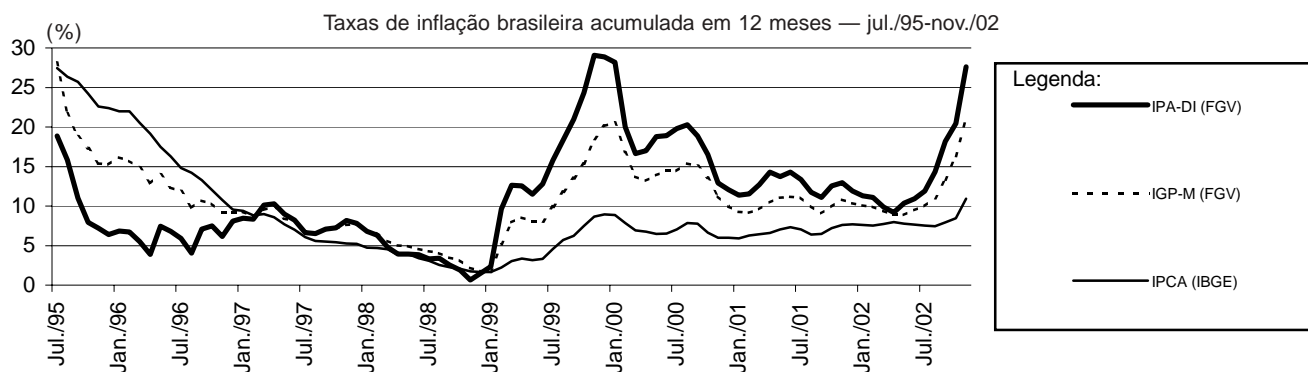
sações correntes no mês. E, dado que se continua recebendo um aporte expressivo de investimentos diretos estrangeiros por ano (até outubro de 2002, US\$14 bilhões de IDE), as necessidades de financiamento externo vêm caindo sistematicamente.

Ainda assim, a pressão cambial prossegue, porque a demanda especulativo-precaucional por divisas tem sido explosiva. E é a incerteza que vem alavancando a demanda por "liquidez keynesiana", pela liquidez segura da divisa (por oposição à liquidez insegura da moeda nacional e à segurança ilíquida dos imóveis).

Para enfrentar a incerteza, é preciso dar parâmetros ao mercado. Mas, sem controle do câmbio, não há como sustentar as metas de inflação e, simultaneamente, baixar os juros e a pressão financeira sobre as contas públicas. E o único instrumento soberano de resgate do controle sobre o câmbio é a geração de superávits comerciais ainda mais expressivos. O que envolve uma política ativa e criativa de apoio às exportações.

Além disso, é preciso tomar com seriedade o inercialismo e entender que, com *mark-ups* rígidos ou ascendentes, os salários nominais não definem os salários reais. O que significa que o novo Governo deve: (1º) evitar a tentação de refundar, formal ou informalmente, políticas salariais com indexação automática; (2º) voltar sua política industrial à redução do grau de monopólio dos mais diversos setores (pois esta é condição para a elevação dos salários reais e para o controle da inflação); e (3º) operar a taxa de juros como a principal âncora dos preços até a retomada do controle sobre o câmbio.

Em suma, a inflação voltou, mas não necessariamente para ficar. Sua dinâmica depende da capacidade de o novo Governo colocar o câmbio sob controle, impedir o retorno da indexação e reduzir a demanda especulativa por divisas. Esta não é uma tarefa fácil. Mas é viável e necessária.



FONTE: IBGE.  
FGV.

Carlos Águedo Paiva (FEE/NEESF)

## Indústria gaúcha: incrementos na produção com repercussão limitada no emprego

O exame da evolução da produção física e do emprego formal na indústria de transformação do Rio Grande do Sul, entre outubro de 2001 e setembro de 2002, põe em evidência os ganhos de produtividade dessa indústria. Nesse período, o agregado do setor apresentou um incremento de 10,4% na produção física contra 5,4% no emprego industrial, ou seja, a primeira variável cresceu praticamente o dobro da segunda. Dentre os gêneros de maior peso na estrutura do emprego no Estado, a mecânica é o destaque tanto pela magnitude quanto pelos diferenciais das variações, evidenciando um expressivo ganho de produtividade: elevação de 31,5% na produção física e de 8,8% no contingente empregado.

Chama atenção, igualmente, o gênero material de transporte, em que a produção física cresceu 17,2%, e o emprego, 5,6%. A metalúrgica é que apresenta uma maior aproximação entre as variáveis, 12,7% na produção física e 6,9% no emprego. Já o gênero vestuário, calçados e artefatos de tecido e o mobiliário experimentaram queda na produção física e ampliação no emprego, indicando uma variação negativa da produtividade. Portanto, ao se tratar da média da indústria de transformação, nota-se que o crescimento da produção teve um reduzido impacto sobre o emprego.

Variação percentual da produção física e do emprego formal da indústria de transformação, por gêneros selecionados, no RS — out./01-set./02

GÊNEROS SELECIONADOS	PRODUÇÃO FÍSICA	EMPREGO
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos .....	-3,5	6,4
Produtos alimentares .....	1,5	7,9
Metalúrgica .....	12,7	6,9
Mecânica .....	31,5	8,8
Mobiliário .....	-5,8	8,2
Material de transporte .....	17,2	5,6
<b>Total da indústria .....</b>	<b>10,4</b>	<b>5,6</b>

FONTE: IBGE.  
MTE.

Maria Isabel H. da Jornada (FEE/NET)

## 2002: a relação de troca entre agricultura e indústria

A evolução dos preços pagos e recebidos pelos produtores gaúchos dos principais grãos de verão tem sido favorável a estes nos dois últimos anos. Em 2002, mesmo com o aumento significativo dos preços dos insumos, devido à desvalorização da moeda brasileira, o aumento do preço dos grãos foi maior ainda, mantendo a vantagem ao setor agrícola. No que diz respeito à variação nos preços das máquinas necessárias à produção, a relação também beneficia a agricultura.

A relação de troca favorável aos produtores agrícolas é bastante clara no caso da produção de arroz e, mais ainda, no caso da de soja: em agosto de 2000, eram necessárias 34,9 sacas de arroz e 23,6 sacas de soja para a compra de uma tonelada do fertilizante necessário para o plantio de cada um desses grãos; em agosto de 2002, último dado oficial, apenas 31,2 sacas bastavam no caso do arroz e 15,5 no caso da soja. Com relação à evolução dos preços dos tratores, tem-se também uma situação de benefício à agricultura.


No grupo de grãos aqui considerados, o único que não apresentou uma variação positiva no período foi o milho. Em agosto de 2000, eram necessárias 38,7 sacas de milho para a compra de uma tonelada do adubo utilizado nessa produção; em agosto de 2002, eram necessárias 41,3 sacas.

Relação de troca dos produtores gaúchos de arroz, milho e soja — ago./00 e ago./02

DISCRIMINAÇÃO	AGO/00	AGO/02
<b>Arroz</b>		
Número de sacas/t de adubo 52020	34,85	31,15
Número de sacas/trator 70/89 HP	2 989,40	2 644,93
<b>Soja</b>		
Número de sacas/t de adubo 02020	23,61	15,45
Número de sacas/trator 70/89 HP	2 196,98	1 421,86
<b>Milho</b>		
Número de sacas/t de adubo 53015	38,71	41,32
Número de sacas/trator 70/89 HP	3 070,76	3 326,14


FONTE: Emater.

Vivian Fürstenau (FEE/NEA)



**crédito assistido**  
Apoio Técnico e Crédito para Pequenos Empreendedores

**Você não precisa ser grande para ter crédito e acompanhamento técnico.**



**Danisul**  
Melhor porque é nosso  
 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-out./02

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa ago./94 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./92	-0,6	18,3	4,5	...	...	124,8	-8,2	99,6	-7,2	...
Dez./93	4,9	18,7	4,4	2 477,7	...	112,9	-9,5	107,6	-1,3	...
Dez./94	5,9	21,6	3,4	916,5	56,4	88,6	-21,5	115,7	0,8	17 265
Dez./95	4,2	20,2	4,4	22,4	38,9	99,8	12,6	127,6	-0,4	20 746
Dez./96	2,7	21,0	3,8	10,1	23,0	98,6	-1,2	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,3	22,2	4,8	5,2	40,9	93,7	-5,4	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,1	21,2	6,3	1,7	39,4	99,1	5,8	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,8	19,6	6,3	8,9	19,0	115,8	16,9	125,4	0,1	45 407
Out./00	-	-	6,8	6,7	16,5	105,5	-20,1	125,3	0,6	39 299
Nov./00	-	-	6,2	6,0	16,5	109,1	-12,0	127,4	1,7	40 006
Dez./00	4,4	20,3	4,8	6,0	16,5	109,6	-5,4	127,8	0,3	46 304
Jan./01	-	-	5,7	5,9	15,8	111,0	-1,6	100,0	-21,8	46 459
Fev./01	-	-	5,7	6,3	15,3	112,2	1,8	95,4	-4,6	44 300
Mar./01	4,1	20,1	6,5	6,4	15,3	114,4	5,7	96,2	0,9	43 306
Abr./01	-	-	6,5	6,6	15,8	117,9	7,8	95,5	-0,8	43 543
Mai./01	-	-	6,9	7,0	16,3	124,9	12,2	95,7	0,2	43 636
Jun./01	3,6	19,9	6,4	7,4	16,8	125,0	12,9	95,8	0,1	43 936
Jul./01	-	-	6,2	7,1	18,3	126,2	17,9	96,5	0,6	45 004
Ago./01	-	-	6,2	6,4	19,0	128,8	24,2	94,6	-2,0	45 010
Set./01	2,6	19,8	6,2	6,5	19,0	137,1	31,7	93,3	-1,3	45 133
Out./01	-	-	6,6	7,2	19,0	135,6	28,5	92,2	-1,3	45 430
Nov./01	-	-	6,4	7,6	19,0	123,6	13,3	104,0	12,8	45 587
Dez./01	1,4	19,2	5,6	7,7	19,0	114,1	4,1	130,1	25,1	52 846
Jan./02	-	-	6,8	7,6	19,0	109,6	-1,3	99,4	-23,6	52 298
Fev./02	-	-	7,0	7,5	19,0	106,7	-4,9	94,7	-4,7	50 056
Mar./02	0,3	18,7	7,1	7,8	18,8	103,3	-9,7	94,6	-0,1	49 371
Abr./02	-	-	7,6	8,0	18,5	102,3	-13,2	94,9	0,2	48 598
Mai./02	-	-	7,7	7,8	18,5	108,6	-13,1	95,8	1,0	49 265
Jun./02	0,1	18,6	7,5	7,7	18,5	117,0	-6,4	94,3	-1,6	50 577
Jul./02	-	-	7,5	7,5	18,5	125,6	-0,5	95,0	0,7	54 220
Ago./02	-	-	7,3	7,5	18,0	128,9	0,1	93,5	-1,6	56 266
Set./02	0,5	-	7,5	7,9	18,0	133,7	-2,5	92,1	-1,5	58 165
Out./02	-	-	7,4	8,5	21,0	143,4	5,8	-	-	60 607

(continua)

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-out./02

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (8)	Produtividade física da indústria (7)		Expor- tações (1)	Impor- tações (1)	Transações corren- tes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos		
Dez./92	...	...	89,52	-3,7	-	(9)69,0	13,4	-2,3	1,57	...	...	23 754	...
Dez./93	...	...	97,13	7,5	-	(9)72,0	8,1	25,1	-0,14	...	...	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	-	(9)77,0	12,3	28,7	-0,31	...	...	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	-	(9)83,0	6,8	51,1	-2,55	...	...	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	-	(9)79,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	-	(9)81,0	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	-	-	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	-	-	-6,1	-14,9	-4,77	5,38	-0,61	36 342	241 468
Out./00	-3,25	49,0	136,32	6,7	-	84,1	16,5	11,3	-4,19	4,95	-0,76	30 393	231 575
Nov./00	-3,63	49,7	130,62	6,7	-	-	16,5	12,7	-4,19	5,57	-1,38	32 533	231 526
Dez./00	-3,56	49,4	133,18	6,6	-	-	14,7	13,8	-4,08	5,52	-1,44	33 011	236 156
Jan./01	-3,62	48,9	129,90	7,2	-1,3	82,1	15,8	17,3	-4,35	5,33	-0,98	35 598	238 298
Fev./01	-3,54	49,6	129,79	6,2	2,3	-	13,7	14,8	-4,50	5,27	-0,77	35 413	238 230
Mar./01	-3,53	50,2	130,14	6,5	-3,5	-	13,6	15,4	-4,67	5,30	-0,63	34 407	220 563
Abr./01	-3,90	50,4	127,69	6,7	-1,7	83,9	13,6	15,9	-4,62	5,47	-0,85	34 653	...
Mai/01	-3,79	51,9	126,87	6,6	-2,1	-	12,7	15,9	-4,77	5,60	-0,83	35 459	...
Jun./01	-3,91	51,3	125,36	5,8	1,0	-	11,9	15,9	-4,80	5,28	-0,48	37 318	224 015
Jul./01	-4,05	52,8	124,82	5,3	-1,2	80,9	9,9	13,9	-5,02	4,88	0,14	35 552	224 411
Ago./01	-3,78	54,0	125,34	4,6	0,0	-	7,8	11,2	-5,05	4,77	0,28	36 299	226 818
Set./01	-3,80	54,8	124,87	4,1	0,9	-	6,8	8,0	-4,97	4,80	0,17	40 054	232 425
Out./01	-3,95	54,4	122,12	3,2	-3,8	79,8	6,8	5,8	-4,83	4,70	0,13	37 492	230 000
Nov./01	-3,68	53,1	124,41	2,6	3,1	-	6,0	5,0	-4,74	4,10	0,63	37 234	228 603
Dez./01	-3,67	53,3	125,90	1,5	3,2	-	5,5	1,6	-4,61	4,46	0,15	35 866	226 067
Jan./02	-3,64	55,1	127,38	0,5	2,8	79,5	2,4	-3,1	-4,42	4,46	-0,04	36 167	225 582
Fev./02	-3,61	54,7	127,69	0,3	3,0	-	1,8	-4,1	-4,32	4,47	-0,15	35 906	225 348
Mar./02	-3,33	54,6	126,90	-0,7	-4,4	-	-1,1	-8,8	-4,03	4,57	-0,54	36 721	226 962
Abr./02	-3,37	54,6	133,42	-0,7	4,5	79,1	-2,0	-9,8	-3,98	4,60	-0,62	33 008	224 695
Mai/02	-3,29	55,7	126,43	-1,1	-6,6	-	-4,1	-13,1	-3,95	4,52	-0,57	32 889	225 088
Jun./02	-3,43	58,1	127,70	-1,0	1,9	-	-6,1	-15,6	-3,81	4,64	-0,84	41 999	235 815
Jul./02	-3,51	62,1	128,01	-0,8	-0,4	79,0	-3,9	-15,3	-3,52	4,35	-0,83	39 060	231 955
Ago./02	-3,55	58,2	128,71	-0,7	0,8	-	-4,2	-16,4	-3,24	4,28	-1,04	37 643	228 723
Set./02	-3,98	63,6	130,05	-0,1	0,8	-	-4,2	-15,1	-2,80	4,26	-1,46	38 381	-
Out./02	-4,19	59,9	132,25	0,9	-	80,4	-4,8	-14,5	-2,31	4,27	-1,97	35 855	-

FONTE: IPEA, IBGE, Bacen, DIEESE, FGV, IBRE, Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos sete dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Taxa acumulada nos últimos 12 meses. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Canadá, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda e Suíça). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Variação percentual da média dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (9) Refere-se ao mês seguinte.

## Carta de Conjuntura - Ano 11 nº 12

### ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jul./00-dez./02

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA (2)			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (8)	CUB (9)
Jul./00	-	153,48	109,18	110,16	237,4	98,5	52,3	446,5	111,83	504,90
Ago./00	-	157,72	113,16	110,55	239,3	101,7	55,3	456,0	113,84	509,16
Set./00	-	139,85	103,53	109,76	270,7	103,3	53,8	493,3	114,02	510,35
Out./00	-	151,27	106,96	109,47	289,6	68,4	49,3	475,7	114,51	519,58
Nov./00	-	147,95	107,69	109,30	319,6	72,9	48,2	508,4	115,11	518,65
Dez./00	4,1	128,62	101,38	108,67	307,1	75,2	47,0	497,3	115,39	519,24
Jan./01	-	129,12	107,99	107,99	336,7	70,1	99,4	571,2	117,19	520,81
Fev./01	-	127,30	97,24	102,37	298,8	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	155,99	99,35	101,21	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,14	103,99	101,94	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai/01	-	154,69	97,67	100,99	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,61	96,49	100,20	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,08	98,44	99,93	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,23	99,06	99,81	263,8	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	134,17	95,94	99,40	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	149,26	98,68	99,33	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	142,43	96,26	99,05	291,4	116,1	56,8	540,7	123,37	565,12
Dez./01	3,5	125,70	97,73	98,95	361,3	143,3	77,9	658,6	125,16	572,59
Jan./02	-	130,01	100,70	100,70	244,8	102,1	84,8	512,0	126,11	576,45
Fev./02	-	130,65	102,63	101,66	282,5	155,3	59,1	572,7	126,20	577,21
Mar./02	-	153,31	98,28	100,38	245,8	108,3	49,7	479,4	127,22	576,94
Abr./02	-	168,70	110,88	103,21	310,3	138,6	64,1	596,0	128,28	577,39
Mai/02	-	163,56	105,73	103,75	295,5	120,0	54,2	550,0	128,89	577,12
Jun./02	-	151,78	102,83	103,60	294,0	122,2	66,2	569,4	129,68	577,79
Jul./02	-	157,23	104,07	103,67	292,3	130,5	66,3	569,6	131,05	593,97
Ago./02	-	153,03	97,95	102,91	313,1	125,6	64,4	587,3	131,95	603,19
Set./02	-	147,98	110,29	103,66	333,9	131,7	65,8	617,0	133,87	609,38
Out./02	-	-	-	-	328,5	126,0	56,6	598,3	136,58	615,62
Nov./02	-	-	-	-	-	-	-	-	142,78	630,81
Dez./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	644,09

(continua)

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jul./00-dez./02

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (10)	Assalariados (11)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Jul./00	-475	11,2	16,8	823	796	638 838	1 602 501	604 322
Ago./00	87	11,0	16,5	812	798	643 196	1 604 892	630 930
Set./00	6 440	10,6	16,2	798	787	632 876	1 583 907	498 411
Out./00	6 173	10,0	16,3	787	785	624 813	1 558 757	486 019
Nov./00	8 689	9,6	15,9	781	775	623 480	1 580 276	487 985
Dez./00	-11 632	9,3	15,0	785	774	609 475	1 630 893	452 039
Jan./01	6 019	9,1	14,4	779	780	525 439	1 682 432	414 295
Fev./01	3 426	9,3	14,7	783	792	602 228	1 739 468	400 950
Mar./01	10 016	9,6	15,4	767	787	615 360	1 803 647	520 790
Abr./01	15 810	10,2	15,6	774	791	643 148	1 756 774	489 574
Mai./01	-5 421	10,2	15,4	761	766	618 173	1 602 540	638 054
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	763	764	653 234	1 579 597	632 236
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	751	751	631 391	1 516 081	658 093
Ago./01	6 854	9,6	14,3	754	754	628 535	1 533 749	673 810
Set./01	7 532	9,8	14,5	771	777	607 149	1 510 227	569 020
Out./01	10 869	10,2	15,3	772	784	598 559	1 480 961	494 824
Nov./01	10 730	9,7	15,1	775	787	480 254	1 565 278	384 873
Dez./01	-10 978	9,2	14,8	759	762	586 626	1 570 998	468 839
Jan./02	10 652	8,9	14,5	739	735	784 376	1 588 496	370 754
Fev./02	6 150	9,2	15,0	741	744	593 381	1 717 735	372 940
Mar./02	9 401	9,9	15,8	747	760	588 580	1 694 484	401 451
Abr./02	13 097	10,4	15,7	760	778	625 105	1 701 398	455 825
Mai./02	-6 787	10,7	16,0	764	773	646 439	1 642 984	561 499
Jun./02	-2 959	10,7	15,9	769	773	676 025	1 634 102	568 815
Jul./02	-6 283	10,3	15,9	781	778	652 067	1 567 947	827 555
Ago./02	-474	10,3	15,4	779	773	657 313	1 602 259	632 388
Set./02	10 392	10,4	15,5	782	772	636 816	1 572 812	561 132
Out./02	-	10,1	15,1	-	-	630 398	1 577 042	641 666
Nov./02	-	-	-	-	-	664 146	1 648 188	-
Dez./02	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. SPC. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

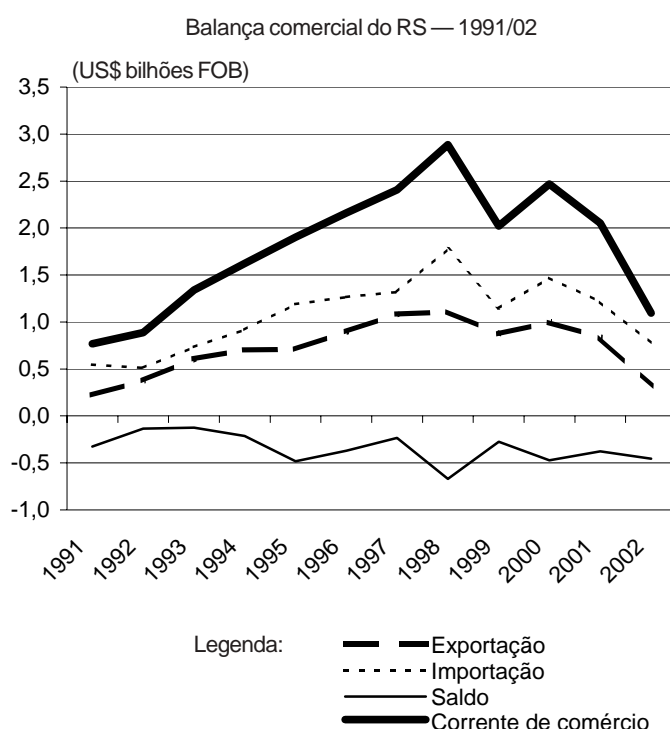
(1) Refere-se à taxa anual. (2) Pesquisa Industrial Mensal. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de set./02. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 1991 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Base: abr./98 = 100. (9) Em R\$. (10) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (11) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

## O comércio RS-Mercosul

De janeiro a outubro de 2002, a queda das exportações gaúchas para o Mercosul foi de 55,94%, devido à crise na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. Os principais produtos exportados para o bloco pelo Estado no período foram: polietileno, adubos e fertilizantes, erva-mate, colheitadeiras, benzeno, carnes de suíno, tratores e suas partes e acessórios, produtos manufaturados do fumo e inseticidas.

As importações do RS provenientes do Mercosul também se reduziram (-26,65%) nos primeiros 10 meses de 2002, não só devido à desvalorização do real frente ao dólar como também pelas dificuldades da Argentina para produzir e exportar, causadas pelo "corralito". Os principais produtos importados pelo RS provenientes do Mercosul no período enfocado foram: combustíveis, trigo, gás natural, couro bovino, pneus, butano liquefeito, arroz, motores diesel, garrafas e frascos de plástico.

Desde 1991 — ano da criação do Mercosul — até 1998, a corrente de comércio (exportações mais importações) entre o RS e esse bloco manteve-se crescente, tendo atingido seu patamar mais alto em 1998. Em 1999, mesmo com a desvalorização do real, as exportações gaúchas para o Mercosul caíram, ocorrendo situação idêntica com as importações. Como consequência, a corrente de comércio também diminuiu. Em 2000, as exportações elevaram-se um pouco, mas as importações cresceram muito mais. E a corrente de comércio, inclusive, superou a de 1997. A partir de 2001, porém, as relações de comércio entre o Estado e o Mercosul diminuíram sensivelmente, fato que se agravou fortemente em 2002.



FORNE DOS DADOS BRUTOS: MDIC.

NOTA: Dados de 2002 até outubro.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

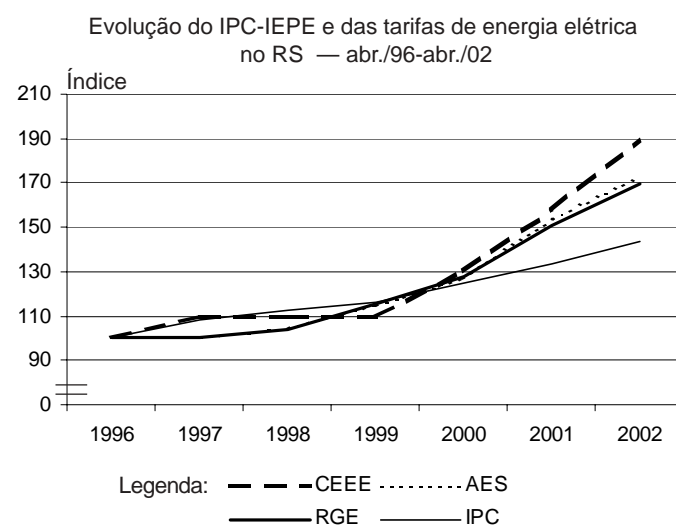
## Tarifas indexadas deixam de ser “razoáveis”

Os reajustes das tarifas públicas pelo IGP crescentemente as têm tornado mais um ônus do que “tarifas razoáveis” para os usuários comuns, especialmente para os assalariados. Os contratos de concessão estabelecem a correção anualmente pelo IGP, que, nos últimos anos, tem crescido mais do que o IPC — índice de referência para o reajuste dos salários. A crescente defasagem entre o IGP e o IPC acirra o conflito distributivo, que sempre é crítico em relação ao consumo dos serviços públicos, como energia elétrica, água, telefonia, pedágios, etc.

O caso da tarifa de energia elétrica é exemplar. As concessionárias de energia elétrica (CEEE, RGE e AES) reajustam anualmente suas tarifas tendo como referência o IGP. No período abr./96-abr./02, os reajustes acumulados somaram 69,3% na RGE, 72,2% na AES e 89,4% na CEEE, sendo que a variação do IGP-DI foi de 69,9%.

Por sua vez, o aumento real das tarifas afeta o poder de compra dos rendimentos do trabalho, que, na Região Metropolitana de Porto Alegre, acumulou uma perda de 7,1% em relação à variação do IPC-IEPE no período, de acordo com a PED. Os reajustes e os aumentos reais das tarifas refletem-se no cálculo do IPC. Sua variação acumulada foi de 43,4%, patamar bem abaixo do IGP-DI (69,9%). Na atualidade, a grande maioria dos trabalhadores não repõe anualmente o poder de compra dos salários. No essencial, a ameaça da tendência inflacionária tornará crítico

esse descompasso entre os reajustes das tarifas de serviços públicos de alta relevância social e o poder de compra dos salários.



FORNE: CEEE.

RGE.

AES.

IEPE.

NOTA: Os índices têm como base 1996 = 100.

Renato Dalmazo (FEE/NEESF)

## Mobiliário no RS: desempenho desfavorável

O indicador acumulado de produção física da indústria gaúcha do IBGE referente ao período jan.-set./02 registrou um crescimento de 3,7%, bem superior à taxa de 1,1% experimentada pela indústria nacional, refletindo o impacto positivo dos gêneros mecânica e fumo. Dentre as pressões negativas, destaca-se mobiliário, com a segunda pior taxa de crescimento (-9,5%) no conjunto dos gêneros pesquisados pelo IBGE, invertendo a performance positiva do ano anterior, quando cresceu 4,9%.

Outros indicadores do desempenho da indústria do mobiliário corroboram, em grande medida, os resultados acima apontados. A taxa de crescimento das vendas acumulada no período jan.-set./02 manteve-se praticamente no mesmo patamar do ano anterior, porém as compras (-3,4%), um indicador antecedente, e o nível de pessoal ocupado (-0,4%) apontam a existência de fatores que vêm dificultando o bom desempenho do setor.

Respondendo por cerca de 90% das vendas dessa indústria, o mercado interno desponta como o principal responsável pelo desempenho desfavorável em 2002. A deterioração do poder aquisitivo dos consumidores potenciais, os elevados reajustes nos insumos (de até 60% em alguns casos), além da falta de alguns deles no mercado, frustraram as estimativas de crescimento da produção.

Também as exportações vêm registrando uma performance aquém das previsões divulgadas no início do ano, tendo caído 4,8%. Esperava-se um aumento de até 20% nas vendas externas dos produtos do mobiliário, em comparação com 2001, o qual adviria da retomada das exportações para a Argentina, do crescimento das vendas para os Estados Unidos, da abertura de novos mercados e do aumento das vendas para mercados ainda pouco explorados pela indústria moveleira gaúcha.

As vendas para a Argentina em 2002 praticamente zeraram, sendo que, no final de outubro, ainda restava um débito de US\$ 1,32 milhão da dívida de US\$ 11 milhões das empresas argentinas com a indústria moveleira gaúcha, contraída em 2001. O problema é que, por uma questão de logística, aquele país representava o principal mercado para a indústria moveleira gaúcha até o ano passado. Atualmente, essa posição de liderança foi assumida pelos Estados Unidos, que, com um crescimento de 73,4%, compensou parcialmente a enorme queda das exportações para a Argentina.

Entretanto, apesar desse desempenho desfavorável do comércio externo, o setor moveleiro gaúcho possui grande potencial de

crescimento no segmento exportador, que pode ser explorado face ao estreitamento do mercado interno. As empresas continuam alterando a sua linha produtiva, investindo em novos produtos com maior valor agregado, *design* mais apurado e qualidade garantida por meio de certificação, para aumentar sua competitividade no mercado internacional. Destaca-se o esforço em superar as deficiências ainda existentes na área de *design*, as quais têm sido consideradas o ponto mais vulnerável da indústria moveleira nacional, assim como em conseguir o melhor aproveitamento de matérias-primas alternativas e de diferentes espécies de madeiras.

Varição da produção física, das exportações e de outros indicadores da indústria moveleira do Rio Grande do Sul — jan.-set./01 e jan.-set./02

INDICADORES	Variação (%)	
	JAN-SET/01	JAN-SET/02
<b>Produção física</b>		
Indústria geral .....	-0,57	3,66
Mobiliário .....	4,89	-9,48
<b>Outros indicadores</b>		
Vendas .....	3,39	3,23
Compras .....	-1,20	-3,42
Pessoal ocupado .....	1,36	-0,37
<b>Exportação por países (1)</b>		
Alemanha .....	-31,77	20,64
Argentina .....	-2,92	-97,68
Estados Unidos .....	13,30	73,38
França .....	-15,28	-4,13
Irlanda .....	-63,01	355,62
México .....	262,24	32,78
Países Baixos .....	-50,20	-25,49
Reino Unido .....	-2,74	24,21
Uruguai .....	-25,84	-55,42
Outros .....	10,86	43,24
<b>Total</b> .....	<b>-2,77</b>	<b>-4,79</b>

FONTE: IBGE.  
 FIERGS/CIERGS.  
 MDIC.

(1) Dados acumulados: jan.-out.

Silvia Horst Campos (FEE/NEI)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 06.12.02).

ISSN 1517-7254

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 2.400 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística  
 Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: José Antonio Fialho Alonso  
 Diretor Técnico: Flávio B. Fligenspan  
 Diretor Administrativo: Celso Anversa

Conselho Editorial da Carta: Flávio B. Fligenspan,  
 Guilherme Xavier Sobrinho, Jorge da Silva Accurso e  
 Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser  
 Rua Duque de Caxias, 1691 Porto Alegre - CEP 90010-283  
 E-mail conjuntura@fee.tche.br  
 www.fee.tche.br

### EDITORIAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

### Revisão

Coordenação: Sidonia Therezinha Hahn Calvete. Revisores: Breno Camargo Serafini, Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Roselane Vial e Susana Kerschner.

### Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal, Jairo dos Santos Raymundo e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.